RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.
Ano IV, v.1, n.1, jan./ jul. 2024. | submissão: 18/04/2020 | aceito: 20/04/2020 | publicação:22/04/2020

AVALIAÇÃO DE PROJETOS EDUCATIVOS[1]

José Roberto Flores Reche[2]
Ivanise Nazaré Mendes [3]

RESUMO

O processo avaliativo dos projetos educacionais é parte indispensável de consumação e consolidação do mesmo. Os estudos sobre a evolução da educação ao longo das últimas décadas vêm apresentando a avaliação como um valioso instrumento para efetivação das políticas públicas que envolvem a educação e a sua convalidação no âmbito escolar por meio dos projetos educativos. Concluídas as alegações sobre a importância da avaliação ao longo do processo de desenvolvimento do projeto educacional, numa segunda instância, é fundamental refletir sobre a qualidade dos agentes, dos instrumentos e das estratégias de avaliação para que esta seja mais ilibada o possível, impedindo que surjam máculas no processo que comprometam a seriedade e os resultados finais e dos avanços que o acompanham. Importante ressaltar que a composição dos avaliadores deve ser observada, sendo que é essencial que a equipe avaliadora compartilhe de concepções pedagógicas, sociais, filosóficas e até mesmo axiológica comuns, ou seja, partindo do princípio que o olhar do avaliador é também influenciado por suas vivências, isso com a polidez de manter a imparcialidade no processo de julgar. Diante do exposto, este artigo propõe através de uma revisão bibliográfica, trazer à baila as questões aqui alegadas e, sob o olhar de valorização da avaliação como instrumento somativo na efetivação do projeto educativo.
Palavras-chave: projeto educativo, avaliação, valores, concepções educacionais, sujeitos educacionais, imparcialidade

ABSTRACT

The evaluation process of the educational projects is an indispensable part of consummation and consolidation of the same. Studies on the evolution of education over the last decades have presented evaluation as a valuable instrument for the implementation of public policies that involve education and its validation in the school environment through educational projects. Once the allegations about the importance of evaluation throughout the development process of the educational project have been concluded, in a second instance, it is fundamental to reflect on the quality of the agents, the instruments and the evaluation strategies so that the evaluation is more cleared, In the process that compromise the seriousness and the final results and the advances that accompany it. It is important to emphasize that the composition of the evaluators should be observed, and it is essential that the evaluation team share common pedagogical, social, philosophical and even axiological conceptions, that is, assuming that the evaluator's view is also influenced by his / her experiences , This with the politeness of maintaining impartiality in the judging process. In view of the above, this article proposes, through a bibliographical review, to bring to the fore the issues here alleged and, under the view of valorization of evaluation as a summative instrument in the implementation of the educational project.
Key words: educational project, evaluation, values, educational conceptions, educational subjects, impartiality

INTRODUÇÃO

A construção desse artigo partiu da relevância que a avaliação apresenta na consolidação do projeto educativo da escola. Avaliar faz parte da natureza dos processos educativos da atualidade, quebrando os paradigmas da educação e favorecendo sua evolução na história da escola e de seu trajeto na busca da excelência na arte de ensinar e aprender.

1 Artigo apresentado a Universidad Columbia do Paraguai como pesquisa realizada no Curso de Doutorado em Educação, sob orientação da prof. Dra. Ivanise Mendes

2 Mestre em Administração de Empresas pelo Centro Universitário do Triângulo, MBA em Gestão Empresarial pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo – FGV-SP Especialização em Gerenciamento pela Qualidade – AOTS – Tokai University – Tókio – Japão, MBA Executivo em Finanças e Estratégias Empresariais – Universidade Federal de Uberlândia, Especialização em Gestão Organizacional – Escola Superior de Engenharia e Gestão – ESEG – SP, Graduação em Comunicação Social/Publicidade e Propaganda pleo Centro Universitário do Triângulo, Graduação em Tecnologia Eletrônica – Modalidade Técnicas Digitais pela Universidade Senador Flaquer

3 Doutora em Ciências Ambientais pela Universidad Central do Paraguai, Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Intercontinental - UTIC – Assunção – PY; Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Federal de Rondônia, Licenciada em Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Rondônia e Bacharel em Direito pela Universidade Luterana do Brasil.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

No processo de elaboração do presente estudo, foram realizadas leituras e revisões bibliográficas de autores influentes no meio acadêmico e de estudiosos da avaliação como instrumento de qualificação dos projetos educacionais.

A primeira parte desse artigo se dedica a conceituar o projeto educativo, sua função e importância na esfera da instituição escolar. Sendo realizados apontamentos a respeito da importância do projeto educativo como instrumento de construção da autonomia da escola, uma vez que ele apresenta as estratégias e concepções sociais, políticas e pedagógicas que a instituição acredita e defende. É também o projeto educativo da escola que auxilia na construção da sua identidade.

A consideração seguinte refere-se ao projeto educativo como instrumento de fortalecimento da liderança e da gestão escolar. Sendo assim, por meio de um projeto educativo sólido e bem desenvolvido, é possível que a instituição escolar seja autônoma e consistente. Para tanto, é fundamental que a avaliação do projeto educativo seja feita em parceria, de modo democrático e que envolva todos os sujeitos da comunidade escolar.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, este artigo dá o devido destaque ao projeto educativo e aos demais documentos de gestão escolar, apresentando a diferença e a função de cada um deles. As ações como o currículo nacional, o plano anual ou plurianual e o relatório de auto-avaliação recebem a devida notoriedade quando comparados entre si.

Já na segunda parte deste estudo, foi dedicada uma atenção especial à avaliação, suas questões conceituais, paradigmáticas e pragmáticas. Discutem-se questões referentes aos processos de avaliação como práticas cotidianas nas instituições que buscam a excelência nos seus processos. Além disso, foram debatidas questões paradigmáticas que envolvem o novo papel da avaliação, que evoluiu de mero instrumento punitivo para agente transformador de práticas e reflexões.

Nas questões pragmáticas que envolvem a avaliação dos projetos educacionais, o principal apontamento realizado foi a importância da escolha dos avaliadores, que, segundo os estudos desse artigo deve ser feito de maneira criteriosa, principalmente por se tratar de um processo que envolve juízo de valores e subjetividade, que inevitavelmente, deve ser observado para manter a imparcialidade e lisura do processo de avaliação.

Finalmente, este estudo faz considerações sobre a metodologia a ser usada no processo de avaliação de um projeto educativo.

2 O PROJETO EDUCATIVO COMO AGENTE DE CONSOLIDAÇÃO DA AUTONOMIA DA ESCOLA

O conceito de Projeto Educativo vem paulatinamente sendo construído sobre a base de que o propósito de uma escola, como parte fundamental de um sistema de ensino, é o de garantir a consolidação da autonomia, gestão e administração que visa a coletividade. Nas últimas duas décadas, quando se trata de educação, os Projetos Educativos surgem como uma resposta à proposta de descentralização da educação e como porta de entrada para a ampliação dos saberes e das concepções de individualidade dentro das instituições de ensino. Isso significa dizer que, partindo desse instrumento de teor pedagógico, a democracia se estende ao âmbito educacional, alcançando de maneira eficaz todas as suas dimensões.

Por assim dizer, não é surpresa que a escola se posicione como sujeito efetivamente participativo nas transformações políticas, sociais e tecnológicas que vivemos na atualidade. Esse organismo vivo se apresenta como espaço para o protagonismo juvenil, os alunos surgem como sujeitos atuantes e cada vez mais exigentes e questionadores no que tange à qualidade do ensino e as concepções sociais, políticos e pedagógicas que estão vivenciando.

O que nos resta claro é que o Projeto Educacional é um importante instrumento dessa mudança na defesa da inovação e do rompimento do paradigma da educação. Ele está intrinsecamente relacionado aos ideais de descentralização dos sistemas de ensino, de pluralidade de saberes, construção coletiva e autonomia da escola.

Santos Filho (2009, p.02), de forma brilhante descreve a função do Projeto Educativo:

> Pelo projeto educativo, a escola procura concretizar sua missão educativa, sem negligenciar de também realizar a missão educativa estabelecida para a escola pela sociedade nacional representada pelas leis e determinações educacionais do país. Assim, a missão da escola se realiza pelo projeto educativo (prioridades coletivas) e pelas operações setoriais que podem ser ou fazer parte dele.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Com a clara intenção de apresentar conceitos importantes ligados à concepção de projeto educativo, este artigo pretende explorar aspectos como a fundamentação do projeto educativo, os elementos que o constituem e as suas dimensões operacionais e consolidação.

No Brasil, as primeiras referências normativas que fazem menção ao projeto educativo surgem na década de 80, com a publicação do Decreto-lei 553/80, no artigo 33º, 1, que estabelece que as escolas particulares poderiam ter um projeto educativo próprio, desde que em cada um dos níveis de ensino fosse implementado uma formação global equiparada à formação ofertada aos mesmos níveis pelo Estado.

Partindo desse marco inicial, dentre as novas propostas educacionais que se firmaram ao longo das duas décadas seguintes, o projeto educativo se consolidou como um espaço de liberdade das escolas para construírem suas identidades, partindo das necessidades e características da sua comunidade, formando o conjunto de regras e normas internas, tais quais o próprio projeto educativo, regimento escolar interno, plano curricular anual, planejamentos, entre outros. Todas essas ações regulamentares ressaltam a autonomia da escola e a importância do "fazer" personalizado para cada público alvo, considerando a comunidade local em que a escola atua.

O Decreto-lei nº 43/89, de 03 de fevereiro reforça a autonomia da escola definindo que

> (...) a autonomia da escola concretiza-se na elaboração de um projeto educativo próprio, constituído e executado de forma participada, dentro dos princípios de responsabilização dos vários intervenientes na vida escolar e de adequação a características e recursos da escola e às solicitações e apoio da comunidade em que se insere.

O artigo 2º deste mesmo Decreto define autonomia da escola como sendo a "capacidade de elaboração e realização de um projeto educativo em benefício dos alunos e com a participação de todos os intervenientes no processo educativo"

2.1 O PROJETO EDUCATIVO COMO FATOR DE VIABILIZAÇÃO DA LIDERANÇA ESCOLAR

A concretização e eficácia do projeto educativo numa instituição de ensino de qualquer nível de escolaridade não se efetiva em ambiente hostil. É de suma importância traçar objetivos comuns de desenvolvimento do trabalho no interior da escola. Ter a visão coletiva, que contempla, na medida do possível, as diferentes necessidades de cada um dos segmentos que compõem a instituição como corpo é condição *sine qua non* para a existência e eficácia de um projeto educativo.

Já não resta dúvida que a escola é um organismo que apresenta vida própria, considerando suas peculiaridades, suas necessidades pessoais e locais. O contexto que identificamos como identidade da escola é construída e pautada nas experiências individuais e coletivas que cada uma tem, observando seus atores e permitindo que sejam traçadas suas histórias. Nesse contexto, a liderança é a mola propulsora que direciona, conduz o caminho traçando metas e planos que, futuramente, terão impacto no desenvolvimento da instituição.

Nesse sentido Azevedo (2011, p.15), afirma que

> A liderança é o elemento dinamizador de um grupo ou de uma organização para gerar o próprio crescimento em função de uma missão ou projeto partilhado, neste caso o projeto educativo de uma escola ou agrupamento de escolas, certamente para melhorar a organização escolar, a qualidade do ensino e a dos serviços prestados à comunidade.

Esse mesmo autor ressalta ainda que para que o sucesso da concretização de um projeto educativo seja alcançado é importante que se garanta um conjunto de ações que não se limitam apenas à liderança escolar. Esses fatores perpassam pelo que ele denomina "lideranças intermediárias", que figuram como elementos essenciais no planejamento, aplicação, efetivação e avaliação dos projetos educativos.

O processo de implantação e êxito do projeto educativo é complexo do ponto de vista organizacional, visto que apresenta uma liderança que não pode ser centralizadora, mas partilhada contando com outros atores na expectativa de colaboração mútua, pautada no consenso e na responsabilização coletiva.

2.2 O PROJETO EDUCATIVO E OS OUTROS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Muitos são os instrumentos de gestão que se associam ao projeto educativo e garantem seu sucesso. Dentre os instrumentos mais comuns e utilizados com freqüência nas escolas, Azevedo (2011) destaca o projeto educativo, projeto curricular, regulamento interno, plano de atividades e relatório anual.

Os instrumentos de gestão podem ser classificados em dois grupos: aqueles que pertencem aos documentos de caráter programático e institucional, que têm a função de garantir, a médio e curto prazo, uma estabilidade a escola e que, na sua essência, formam a base sólida das ações educativas, a saber, o projeto educativo, projeto curricular anual e o regulamento interno da instituição.

Já o segundo grupo compreende os documentos de caráter operacional e instrumental, que articulados têm a função de consolidar a ação educativa definida nos documentos do grupo anterior. Sendo eles o plano de atividades, relatório anual de atividades e relatório de avaliação.

Neste seguimento, o projeto educativo é, genericamente, o instrumento de planejamento estratégico da escola, "onde se abordam, de forma clara, entre outros, a missão, a visão e os objetivos gerais da escola que orientam a ação educativa no âmbito de sua autonomia." (Azevedo, 2011, p16). O projeto educativo é a "espinha dorsal" que se consolidará amparado pelo projeto curricular e o plano de ações da escola.

Como instrumento de complementação do projeto educativo, surge o regimento interno da escola. Ele figura como mecanismo normatizador do funcionamento da escola, que marca as normas de boa convivência e tolerância entre os sujeitos participantes daquele grupo local, compondo a estrutura organizacional da comunidade escolar.

Desempenhando também a função de complementação do projeto educacional, o projeto curricular, desempenha o papel de articular a proposta do currículo nacional com a proposta do projeto educativo. O princípio que deve ser defendido no currículo é o de relacionar os conteúdos curriculares às experiências culturais dos estudantes e ao mundo concreto (Lima, 2008, p 25).

Continuando na mesma linha de raciocínio, é relevante considerar o plano anual ou plurianual de atividades, destacando sua função de elemento de efetivação da ação educativa. Esse documento traduzirá as estratégias práticas do projeto educativo. Nele são registrados os objetivos mais específicos, as ações práticas, datas, prazos e programas. Além disso, o plano anual ou plurianual busca, precocemente, diagnosticar as condições de partida do trabalho. É ele que apresenta o planejamento e traça as primeiras estratégias que consolidarão o projeto educativo.

Tratando-se de relatório anual de atividade e de auto-avaliação, convém destacar que eles formam os instrumentos prévios de avaliação da instituição. Dessa forma, é por meio do relatório anual que as primeiras impressões e conclusões sobre a prática escolar são ressaltadas, pois ele faz referências às atividades efetivamente executadas no cotidiano escolar, garantindo os investimentos necessários para que o projeto educativo alcance sua excelência.

Finalmente, o relatório de auto-avaliação é o instrumento que apontará os resultados escolares. É por meio dele que será possível identificar o índice de alcance das metas estabelecidas no projeto educativo.

Assim, concluindo as idéias que circundam a constituição de um projeto educativo, não há dúvidas que, para se tornar uma organização eficaz no cumprimento de suas metas e objetivos, a escola necessita investir na participação de todos os membros da comunidade escolar, com o intuito de garantir o funcionamento e a formação coerente dos docentes ao longo da carreira escolar. É imprescindível que, de maneira individual e considerando suas peculiaridades, cada escola construa seu projeto educativo de maneira coletiva e democrática.

Esse projeto deve ser entendido como um processo que engloba a estipulação de metas e meios, buscando a valorização dos sujeitos que fazem parte daquele nicho escolar, valorizando as rotinas e vivências dos trabalhos pedagógicos e corresponsabilizando cada um dos membros da comunidade.

3 A AVALIAÇÃO COMO FERRAMENTA DE CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

Avaliar é uma capacidade que todos nós que convivemos em sociedade exercemos diariamente, muitas vezes de maneira inconsciente. Em todas as organizações sociais, em qualquer âmbito de relacionamento, avaliar nos permite escolher, selecionando aquilo que melhor atende ao nosso bem estar, por isso somos assim tão naturalizados com esse fato.

Em grande parte do sistema público europeu e de outros países da América do Sul, seja nas áreas como da educação, da saúde ou da segurança pública, avaliar tornou-se algo corriqueiro, algo inerente à prática da carreira pública. Impossível desconsiderar que qualquer processo avaliativo busca em sua essência a transformação, a mudança, a melhoria, o aprimoramento das ações. Atualmente a avaliação deixou de figurar como meio de punição para constar como processo de busca da excelência.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

No intento de alcançar suas metas e propostas, as instituições devem encontrar nos processos avaliativos de seus projetos educacionais uma âncora capaz de gerar firmeza e exatidão nos dados. Dessa forma, através de *feedbacks* torna-se totalmente viável a evolução do trabalho proposto, dando como positivo o seu resultado final.

A função da avaliação é ressaltar os investimentos necessários para alcançar as metas propostas. Assim, a avaliação como objeto positivo no processo que envolve o projeto educativo, deve nos apresentar alternativas de resolução de problemas através do diagnóstico apontado por ela, além de direcionar a tomada de decisões, nortear o desenvolvimento de medidas políticas e apontar práticas que sejam eficazes para solucionar as dificuldades encontrada

Fernandes (2013, p. 03), afirma que a natureza da avaliação de projetos educacionais apresenta a vantagem de tornar acessível aos cidadãos e a toda comunidade escolar a informação e a evidência que, em suas palavras, contribuem para:

> "a) Tornar mais transparente o seu funcionamento; b) Responder a uma diversidade de questões relativas a problemas existentes ou emergentes; c) Verificar se um programa ou projeto educativo ainda faz sentido; d) Ajudar a melhorar um programa ou projeto educativo e as medidas de política que lhe possam estar associadas; e) Monitorar o desempenho, a eficiência e a eficácia do programa ou projeto educativo, identificando problemas relacionados com a sua concretização e os seus resultados; e f) Orientar eventual necessidade de desenvolvimento de novos programas ou projetos educativos."(Fernandes, 2013, p. 190)

Luckesi corrobora desse pensamento quando expõe que

> O ato de avaliar a aprendizagem implica em acompanhamento e reorientação permanente da aprendizagem. Ela se realiza através de um ato rigoroso e diagnóstico e reorientação da aprendizagem tendo em vista a obtenção dos melhores resultados possíveis, frente aos objetivos que se tenha à frente. E, assim sendo, a avaliação exige um ritual de procedimentos, que inclui desde o estabelecimento de momentos no tempo, construção, aplicação e contestação dos resultados expressos nos instrumentos; devolução e reorientação das aprendizagens ainda não efetuadas. (Luckesi, 2004, p. 4)

Considerando as colocações realizadas até o momento, é fundamental que se discuta a avaliação em sua totalidade e abrangência. Para tanto ampliar o diálogo sobre as questões conceituais e pragmáticas desse instrumento como parceiro para sucesso do projeto educacional é um movimento estratégico de suma relevância.

3.1 INDAGAÇÕES CONCEITUAIS

Ao indagar sobre as questões que envolvem a avaliação de projetos educativos, ou qualquer outra situação em que a avaliação esteja presente na área da educação, percebe-se nitidamente uma multiplicidade de teorias e de correntes que buscam sintonizar os processos que conduzem à função da avaliação em consonância com a proposta a que ela se sujeita. Seja por assim dizer que, nas palavras de Fernandes (2013,p 04), há 20 anos já se considerava que as bases para o desenvolvimento de uma teoria da avaliação de programas escolares e projetos educacionais estavam relativamente bem traçadas. Apesar de que, na atualidade, muitos autores se opõem a essa certeza garantindo que ainda há muitas discussões a se fazer sobre o tema, o que não o torna esgotado de maneira sólida e clarificadora.

Da mesma forma é necessário ressaltar que as relações estabelecidas entre a teoria e a prática, no que tange a avaliação, precisam ser revisitadas com determinada frequência para garantir a melhor compreensão do assunto.

Costa (1991, p 26), afirma que um projeto educativo se distingue de outras práticas e estratégias escolares de organização pela marcante característica de ter o que ele classifica como horizonte temporal limitado. Isto significa dizer que os projetos educacionais são sujeitos á temporalidade e se adaptam com facilidade ao funcionamento da administração a que está vinculado, seja na rede pública de ensino ou na rede privada. O que não o confunde, por exemplo, com o conceito de programa educacional, que de maneira mais ampla totaliza uma gama de atividades educacionais que são acessadas de forma contínua.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Nessa perspectiva, o processo de avaliação consiste numa ação deliberada e ordenada de análise de procedimentos e avanços que envolvem de maneira ampla o conjunto de normas e regras que visam contribuir para melhorar esse mesmo projeto educacional que viabilizou a implantação da avaliação. Há, nessa concepção, uma clara evidência de conceituação da avaliação como processo que vislumbra a formulação de juízo sobre o valor e o mérito de um determinado objeto.

Inegável dizer, portanto, que as práticas avaliativas do projeto educativo, podem variar considerando os diferentes contextos, objetos de avaliação e os avaliadores envolvidos no processo. Essa variação ocorre em função do sistema de valores que considerou os critérios e normas de avaliação para aquele determinado projeto educativo.

Luckesi (2004, p.04) opina de maneira semelhante, ao atestar que, o momento reservado a avaliação dos projetos que são vivenciados na escola devem ser submetidos a instrumentos objetivos, mas que não devem ser desprezados os insturmentos subjetivos

> Para tanto, podemos nos servir de todos os instrumentos técnicos hoje disponíveis, contanto que a leitura e interpretação dos dados seja feita sob a ótica da avaliação, que é de diagnóstico e não de classificação. O que, de fato, distingue o ato de examinar e o ato de avaliar não são os instrumentos utilizados para a coleta de dados, mas sim o olhar que se tenha sobre os dados obtidos: o exame classifica e seleciona, a avaliação diagnostica e inclui. (Luckesi, 2004 p.04)

Em toda essa dinâmica, o que deve ser considerado como fundamental para a eficácia da avaliação, é o consenso em relação aos princípios e valores que envolvem não somente o projeto educacional, mas também a concepção de educação, de aprendizagem, e da função da escola de maneira global, ressaltando sua presença e representatividade na comunidade em que a escola está intalada. Nisso se concentra a importância de selecionar os pilares que fundamentam os nossos valores educacionais, nossas visões políticas e sociais, quando determinamos por meio de uma avaliação os objetivos e metas que desejamos alcançar ao propor um projeto educativo.

3.2 DIMENSÕES PRÁTICAS QUE ENVOLVEM A AVALIAÇÃO DE PROJETOS EDUCACIONAIS

Os aspectos que envolvem as questões referentes às práticas da avaliação como o instrumento de avaliação, o papel do avaliador, a intenção da avaliação, o envolvimento dos sujeitos no processo avaliativo entre outros aspectos, são motivo de discussões homéricas no projeto educativo. Não são poucos os discursos, as teorias e os avanços no que diz respeito à avaliação.

Considerando todos esses debates e as inovações educacionais das últimas décadas, é relevante imprimir destaque ao paradigma rompido sobre a avaliação que trouxe um novo olhar, uma nova consideração sobre a avaliação como instrumento de fomento ao crescimento do projeto educativo. Trata-se do paradigma de que a avaliação era um instrumento de punição, de castigo, de apontamento do erro. Dessa forma, cumprindo o papel de avaliação vazia, sem finalidades definidas.

Com o rompimento desse paradigma, o que surge no movimento educacional e pedagógico é a avaliação como instrumento de reforço positivo e apontamento de investimentos necessários à melhoria e evolução dos processos e projetos que ocorrem no interior das instituições e que, coordenados de maneira orientada surtem efeitos favoráveis ao desempenho da comunidade escolar de maneira geral.

Quando a escola ousa romper com o paradigma da avaliação como instrumento de punição, se abrem novas oportunidades, novas maneiras de se conceber o cotidiano, novas práticas e novas construções teóricas, exigindo dos membros participantes dos projetos educativas novas reflexões e novos posicionamentos.

Para Fernandes (2013, p. 09), a avaliação apreciada sobre a ótica do rompimento de paradigmas, tem seu momento áureo após os anos 80, que segundo ele, foi um período conturbado do debate paradigmático sobre o assunto. Foi nesse momento que muitos autores se concentraram em articular regras, perspectivas,

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

procedimentos e metodologias de investigação sobre a avaliação de projetos educativos. Para este autor "tratava-se da possibilidade de compreender mais profunda e detalhadamente o objeto da avaliação."

Compreendida a questão que envolve o aspecto paradigmático da avaliação, refletir sobre o aspecto pragmático é de extrema necessidade para dar seguimento aos estudos sobre este instrumento. Assim, considerando as indagações de Moreira (2008, p. 42), na sequência, focaremos em alguns fundamentos, que em nossa concepção como membros atuantes da comunidade escolar consideramos ao analisar um processo de avaliação num projeto educativo.

Inicialmente, para alcançar o sucesso no desenvolvimento de um projeto educativo, é necessário que os avaliadores conheçam detalhadamente o projeto. Nessa parte do processo de avaliação, não há espaço para surpresas ou desavisos. Todos os sujeitos envolvidos em avaliar o projeto educativo devem conhecer a sua dinâmica, seu objetivo, sua proposta e metas que foram traçadas para alcançar o sucesso da proposta. O desconhecimento do projeto pode induzir ao erro no momento da avaliação.

Outro ponto relevante é a unidade de pensamentos e concepções sobre a visão política, filosófica, educacional e social dos avaliadores. Vimos que a avaliação pode ser influenciada pelas concepções do avaliador que é formada pelo juízo de valores pautados nas suas concepções e vivências de cada um individualmente. Para tanto é questão de ordem discutir e unificar as ideias, traçando uma linha de pensamento unívoca.

Finalmente, merece destaque e atenção especial o papel desempenhado pelo avaliador e a maneira como isso é apresentado à comunidade escolar.

O que nos demonstra a prática de projetos educativos de alto desempenho é que, integrar os avaliadores ao cotidiano da escola, tornando-os membros efetivos do fazer escolar, das práticas diárias da escola, potencializa a apropriação do conhecimento do projeto educativo por parte desses avaliadores. Tal prática auxilia os avaliadores no momento da avaliação garantindo ampla segurança e atuação mais certeira sobre a proposta, visto que o conhecimento do ambiente escolar extrapola a teoria.

Interessante ressaltar que a aproximação dos avaliadores não deve comprometer a imparcialidade dos mesmos deve garantir a familiaridade com o projeto, não a subestimação desse ou a avaliação pautada apenas na sua potencialidade. Em suma, a escolha dos avaliadores deve levar em conta o interesse dos diferentes sujeitos que estarão submetidos ao processo de avaliação, ou seja, deve buscar a garantia da democracia nos processos que execução do projeto educativo.

4 METODOLOGIA

Ao fazer referência à metodologia de avaliação do processo educativo é irrefutável a relação estabelecida entre os objetivos da avaliação e o contexto em que ela acontece. Fernandes (2013, p. 19), observa que as opções metodológicas estão intimamente ligadas às concepções paradigmáticas dos avaliadores ou de quem solicita a avaliação. Ainda defendendo essa linha de pensamento, o mesmo autor elucida que

> (...) a avaliação baseada nas perspectivas de investigação experimental e quase-experimental em que o controle das variáveis, o estabelecimento de relações causa-efeito e a generalização são aspectos primordiais. Neste caso, estamos perante uma concepção de avaliação como ciência e, por isso, a procura de padrões e de generalizações que possam gerar leis mais universais, a objetividade e a neutralidade está no centro das preocupações dos avaliadores. (Fernandes, 2013, p. 19)

Diante disso, uma avaliação de um projeto educativo deve contar com avaliadores que busquem a multiplicidade de opiniões e que busquem a participação ativa de outros sujeitos educacionais, ou seja, o envolvimento da comunidade escolar no processo educativo.

Vasconcellos (2000) compartilha dessa mesma opinião quando expõe que

> Para a expressão daquilo que o grupo pensa e quer, usamos recurso metodológico do

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

> questionamento, da problematização, sintetizada nas perguntas. Por que pergunta? Para provocar um desequilíbrio no sujeito, para estabelecer um desafio que leve a uma reflexão e produção. (Vasconcellos, 2000, p.177)

A participação ativa de outros sujeitos que faz parte do universo escolar que será avaliado, aliada à vivência dos avaliadores com a realidade da escola incentiva o uso consciente e qualitativo dos resultados captados na avaliação e colabora para a criação do clima escolar, que por sua vez, coopera de maneira fundamental para o processo de avaliação e este para a excelência na aplicação e alcance dos objetivos de um projeto educativo com qualidade e eficácia.

5. CONCLUSÃO

Todo projeto educativo deve trazer em sua essência pressupostos explícitos e implícitos que se comprometem com a definição desse projeto, suas concepções pedagógicas, filosóficas, sociais e políticas. Dessa forma, o projeto educativo se torna uma ferramenta que impulsiona a escola positivamente, uma vez que, quando bem planejado, executado e avaliado, cumpre a missão de cooperar com a autonomia da escola e com o seu desenvolvimento global.

Considerando os argumentos expostos, cabe à gestão desempenhar o papel de mediadora entre o projeto educativo e os demais sujeitos da escola, sejam os alunos, pais, professores e funcionários. A liderança escolar se concretiza na medida em que a gestão consegue realizar essa mediação de maneira eficaz e cooperativa.

No cenário de consolidação das propostas do projeto educativo, surge a necessidade de se avaliar as estratégias de aplicação e os impactos do projeto na escola, nos sujeitos e na comunidade escolar como um todo.

Como não poderia deixar de ser, o ato de avaliar, pelo histórico que os instrumentos de avaliação possuem, trazem consigo a necessidade de reobservar o papel que essa prática cumpre na educação da atualidade. Surge em meio às diversas reflexões sobre o assunto e inevitável romper com o paradigma da avaliação como instrumento punitivo e não de reflexivo.

Rompido o paradigma da avaliação, ela se torna nas últimas décadas, um instrumento de referência no desenvolvimento de projetos educacionais. Ou seja, avaliar se torna necessário para o alcance das metas e propostas elencadas no planejamento do projeto.

Por assim dizer, os olhares dos pesquisadores, pedagogos e doutrinadores da educação se voltam para as minúcias da avaliação nos processos educativos. Ao se tratar de projetos educativos, a realidade não é diferente. Considerar a qualidade da avaliação é fundamental para garantir que esta desempenhe seu papel de modo eficaz.

Além da qualidade do instrumento da avaliação, outros dois fatores são importantes na sua consolidação desse processo na escola por meio do projeto educativo. O primeiro deles é o envolvimento da comunidade escolar no planejamento e desevolvimento do projeto educativo. Ao se perceber incluída e participativa no projeto, opinando, vivenciando e fazendo sugestões, os sujeitos escolares demonstram viabilizar a liderança da gestão e, consequentemente, a autonomia da escola.

O outro fator que realiza um papel fundamental na eficácia do projeto educativo é a escolha dos avaliadores. Avaliadores que demonstram afinidade com a filosofia da escola e que participam ativamente dos processos cotidianos de desenvolvimento das propostas do projeto educativo, apresentam maior segurança para realizar as avaliações e fazer as devolutivas de maneira mais assertiva.

Finalizando, a compreensão das relações entre o projeto educativo e a avaliação está enraizada às concepções de avaliação e de educação dos gestores, da comunidade escolar e dos avaliadores. Portanto, para garantir a efetividade do projeto educativo, esses três elementos devem estar em consonância e seguindo a mesma linha de pensamento.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

6 REFERÊNCIAS

AZEVEDO, R. (Coord.): **Projetos educativos. Elaboração, monitorização e avaliação.** Guião de apoio. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação, 2011

BRASIL. Decreto-lei nº 43/89, de 03 de fevereiro de 1989**. Estabelece o regime jurídico da autonomia das escolas oficiais dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário.** Diário da República n.º 29/1989, Série I de 1989-02-03. Ministério da Educação, Brasília.

_____. Ministério da Educação. **Indagações sobre o currículo***: currículo avaliação*. Brasilia, 2007

Costa, Jorge Adelino. **Gestão Escolar. Participação. Autonomia**. *Projeto Educativo da Escola*. Lisboa: Texto Editora, 1991, p.26

FERNANDES, Domingos: **Avaliação de programas e projetos educacionais***: questões teóricas às questões das práticas*. Institututo de Educação da Universidade de Lisboa, 2013, p.19.

LIMA, Elvira Souza: **Currículo e desenvolvimento humano**. In: Indagações sobre currículo. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Brasíia: MEC, 2008, p. 29.

LUCKESI, Cipriano C. Entrevista concedida A *Aprender a Fazer*, publicada em *IP* – **Impressão Pedagógica,** publicação da Editora Gráfica Expoente, Curitiba, PR, nº 36, 2004, p. 4-6. Disponível em http://www.luckesi.com.br/artigosavaliacao.htm, acesso 06/12/2016

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria**. Currículo, Conhecimento e Cultura**. In:

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. **Indagações sobre currículo**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação básica, Brasília: MEC, 2008. p.17-48.

SANTOS FILHO, José Camilo dos: *Projeto Educativo da Escola:* **fundamentação, conceito e níveis de concreção-** UNOESTE,disponível em: http://gajop.org.br/justicacidada/wp-content/uploads/z-2775_1124.pdf, acesso em: 27/11/2022.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. ***Planejamento****:* **Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para a elaboração e a realização.** 16ª ed. São Paulo: Libertad, 2000 (1995). (Cadernos Pedagógicos do Libertad; v.1), P.177.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.